

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 50.013 - MG
(2015/0319140-3)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : OLIVEIRA BARACHO E GODOI - ADVOCACIA E CONSULTORIA
ADVOGADO : LUIZ GUSTAVO SOUZA MOURA E OUTRO(S) - MG077576
RECORRIDO : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR : FÁBIO MURILO NAZAR E OUTRO(S) - MG076955

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança interposto por OLIVEIRA BARACHO E GODOI - ADVOCACIA E CONSULTORIA, com fundamento no art. 105, II, *b*, da CF/1988, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Narram os autos que a parte ora recorrente impetrou o subjacente mandado de segurança contra suposto ato ilegal do Juízo Conciliador da Central de Conciliação de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, consubstanciado nas decisões que rejeitaram os pedidos no sentido de que os créditos referentes ao Precatório 1193 fossem corrigidos até a data do efetivo pagamento, e de que se incluíssem juros moratórios relativos ao período compreendido entre a data da liquidação do crédito que originou o precatório e seu vencimento, e, ainda, quanto à aplicação de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês no período de 11/1/2003 a 28/06/2009, e de 0,5% (meio por cento) ao mês no período de maio de 2012 a junho de 2013, assim como em relação à indevida utilização do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança para a correção monetária.

A segurança foi parcialmente concedida, nos termos do acórdão assim ementado (fl. 234):

Mandado de segurança - Preliminares - Não acolhimento - Precatório - Critérios de atualização e penalidade da mora - Omissão do título executivo - Juros de mora - Incidência entre a expedição do ofício requisitório e o pagamento - Impossibilidade - Enunciado 17 da Súmula vinculante do STF - Incidência após o prazo constitucional para pagamento - Possibilidade - Aplicação parcial da Lei 9.494, de 1997 - Correção monetária -

Superior Tribunal de Justiça

IPCA - Termo final da atualização - Submissão à regra editalícia - Segurança concedida parcialmente.

- 1. Não sendo expresse o título executivo quanto à forma de atualização e penalidade da mora, devem ser observadas as normas específicas que regem a matéria.*
- 2. Não se tratando de pagamento de verba remuneratória pela fazenda pública, os juros de mora deverão incidir nos moldes do artigo 406 do Código Civil.*
- 3. A partir de 30.6.2009, os juros de mora nas condenações contra ente pública devem incidir conforme disposto no artigo 1º-F da Lei 9.494, de 1997 com a redação dada pela Lei 11.960, de 2009.*
- 4. Não incidem juros de mora no período compreendido entre a expedição do ofício requisitório e o pagamento do precatório (Enunciado 17 da Súmula Vinculante do STF), salvo se o pagamento for realizado além do prazo constitucional, quando, então, ficará autorizada a incidência dos juros.*
- 5. É facultativa a habilitação do credor para participar de audiência de acordo para pagamento de precatório devido pelo Estado de Minas Gerais, todavia, ficará submetido às regras do edital.*
- 6. Com a declaração de parcial inconstitucionalidade do artigo 5º da Lei 11.960, de 2009, como decidido pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 4.357/DF, o STJ, no REsp 1.270.439/PR, adotou a mais nova orientação, assentando-se que a partir de 29.6.2009 a correção monetária deve incidir de acordo com o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). (Des. MR)*
[...]

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 279/285).

Sustenta a parte recorrente que (fl. 294):

A solução dada pelo v. Acórdão recorrido se mostra equivocada quando se analisa o pedido dos Impetrantes/Recorrentes no que se refere aos juros aplicados pela d. Autoridade Coatora a partir de maio de 2012.

Com efeito, em análise às contas de atualização do crédito, verifica-se claramente que os juros moratórios incidentes sobre o crédito no período de julho/2009 a junho de 2013, COMPREENDENDO NESTE LAPSO TEMPORAL O PERÍODO POSTERIOR A MAIO DE 2012 MONTARAM A 23,60% (VINTE E SEIS VIRGULA SESSENTA POR CENTO).

Ora, a operação é simples e direta. O período é de 49 meses. Multiplicando-se o número de meses pela taxa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, deveríamos ter juros de 24,5%

Superior Tribunal de Justiça

(vinte e quatro vírgula cinco por cento).

Conforme citado, as contas de atualização, no entanto, aplicaram para o período o montante de 23,60% (vinte e seis vírgula sessenta por cento) retirando do Recorrente parcela da correção do crédito que lhes é devida.

Neste contexto, resta claramente demonstrado o equívoco do r. julgado quanto a este ponto o que está a exigir sua completa reforma para que se determine à d. Autoridade Coatora que proceda à correção do cálculo a fim de que se determine a incidência de juros moratórios no montante de 0,5% (meio por cento) desde maio de 2012 e até a data da efetiva quitação com o consequente pagamento das diferenças apuradas.

Especificamente no que concerne ao período de incidência dos juros moratórios, alega, em preliminar, negativa de vigência ao art. 535 do CPC/1973, uma vez que o Tribunal de origem não sanou a omissão apontada no acórdão embargado. No mérito, afirma que os juros moratórios devem incidir sobre o valor remanescente, no período entre a expedição do ofício requisitório e seu vencimento.

De outro lado, defende que "o Edital não estabeleceu que a correção monetária se daria apenas até a data da audiência", mas, sim, "que a correção seria feita até a data do pagamento, sendo que este pagamento deveria ter se dado nesta audiência" (fl. 298), sendo certo que (fl. 299):

A ata da Audiência demonstra que o pagamento não se deu naquela oportunidade, conforme estabelecia o Edital. Mais ainda, os alvarás acostados comprovam cabalmente que o crédito fora meramente reservado e só fora pago tempos depois, no dia 13/09/2013, data do Alvará.

Por fim, requer o provimento do recurso ordinário, a fim de que seja concedida a segurança, determinando-se (fl. 300):

A correção do crédito do Recorrente até a data do efetivo pagamento.

a) A incidência de juros moratórios no montante de 0,5% (meio por cento) desde maio de 2012 e até a data do efetivo pagamento.

b) A incidência de juros moratórios no período compreendido entre a expedição do Ofício Requisitório e a data de vencimento do Precatório.

c) [...] a elaboração dos cálculos necessários ao atendimento dos pedidos acima com o subsequente e consequente pagamento dos

Superior Tribunal de Justiça

valores apurados.

O recurso foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 382).

O ESTADO DE MINAS GERAIS apresentou contrarrazões (fls. 471/513), na qual aduz as seguintes preliminares: (a) ausência de impugnação específica do acórdão recorrido; (b) ilegitimidade passiva da autoridade apontada como coatora; (c) ausência do direito líquido e certo, uma vez que (c.1) para o deslinde da controvérsia é imprescindível a necessidade de perícia contábil e, ainda, (c.2) ausência de juntada do título judicial exequendo e do ofício requisitório do precatório; (d) incidência das Súmulas 269 e 271/STF. Quanto ao mérito, inexistiram quaisquer erros nos cálculos impugnados pelo impetrante, ora recorrente.

O Ministério Público Federal, em manifestação do Subprocurador-Geral da República ANTÔNIO CARLOS MARTINS SOARES, deixou de opinar sobre o caso concreto por entender que o interesse em disputa seria meramente individual/patrimonial (fls. 669/673).

É O RELATÓRIO. PASSO À FUNDAMENTAÇÃO.

Inicialmente, no que tange à preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam* da autoridade coatora, afastada pelo Tribunal de origem, nenhum reparo há de ser feito ao acórdão recorrido. Senão vejamos (fls. 238/239):

Dispõe o artigo 60 da Resolução 519/2007:

Art. 60. A Central de Conciliação de "Precatórios" é vinculada diretamente à Presidência e tem como objetivo facilitar as composições amigáveis entre as partes, relativamente à atualização dos valores a serem pagos e outras questões que possam ser objeto de acordo para quitação de precatórios. (grifou-se)

Da leitura do dispositivo acima transcrito, é iniludível que a atividade da Central de Conciliação de Precatórios (CEPREC) está vinculada à Presidência deste Tribunal de Justiça. Todavia, o artigo 408, parágrafo único, do Regimento Interno deste sodalício é claro ao afirmar que a função exercida pelo juiz conciliador da CEPREC é delegada. Veja-se:

Art. 408. O Presidente do Tribunal poderá expedir atos

Superior Tribunal de Justiça

normativos que explicitem os procedimentos adequados ao fiel cumprimento do disposto nesta seção.

Parágrafo único. O Presidente do Tribunal poderá delegar a juiz de direito vinculado à Presidência atribuições relativas ao processamento e cumprimento dos precatórios. (grifou-se)

Assim, em se tratando de função delegada, deve ser aplicado ao caso o Enunciado 510 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, cujo texto prevê que "praticado o ato por autoridade no exercício de competência delegada, contra ela cabe o mandado de segurança ou a medida judicial".

Neste cenário, sabendo que a decisão de f. 131/136 foi proferida pelo juiz da Central de Conciliação de Precatórios, não há falar em ilegitimidade da autoridade apontada como coatora.

Nesse sentido, confira-se o seguinte julgado:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. ATO PRATICADO POR AUTORIDADE NO EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIA DELEGADA. CABIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - Constata-se a existência de ato de delegação no procedimento de pagamento de precatórios no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, porquanto reconhecida à Central de Conciliação de Precatórios a competência para a apreciação de pedidos de pagamento dos precatórios, nos termos da Resolução n. 519/07 e das Portarias ns. 4.297 e 2.498, DJe de 22/09/2010.

III - O acórdão recorrido está em confronto com a orientação do Supremo Tribunal Federal, pacificada nos termos da Súmula 510/STF - "praticado o ato por autoridade, no exercício de competência delegada, contra ela cabe o mandado de segurança ou a medida judicial".

IV - Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

V - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime,

Superior Tribunal de Justiça

sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VI - Agravo Interno improvido.

(AgInt no RMS 44.385/MG, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 05/12/2017)

Destarte, **rejeito** a preliminar.

Por sua vez, em casos análogos aos dos autos, a Primeira Turma desta Corte não reconheceu a incidência das Súmulas 269 e 271/STF. Nesse sentido, *mutatis mutandis*:

PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. APLICABILIDADE. PRECATÓRIO. PAGAMENTO SOB O REGIME ESPECIAL. ACORDO DIRETO. ART. 97, § 8º, III, DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS - ADCT. EMENDA CONSTITUCIONAL N. 62/2009. JUROS MORATÓRIOS NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO ART. 1º-F DA LEI N. 9.494/97 (REDAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 2.180-35/2001). PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE. JUROS DE MORA ENTRE A DATA DA REALIZAÇÃO DOS CÁLCULOS E A DATA DA REQUISIÇÃO DO PRECATÓRIO. TEMA N. 96/STF. NÃO OBSERVÂNCIA DO PRAZO CONSTITUCIONAL. JUROS DE MORA DO 1º DIA DO EXERCÍCIO FINANCEIRO SUBSEQUENTE AO FIM DO PRAZO CONSTITUCIONAL À DATA DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO. — CORREÇÃO MONETÁRIA. IPCA. INAPLICABILIDADE.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973. II - Precatório referente a verbas de natureza remuneratória, decorrente de pensão por morte, devida pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG. Requisição do pagamento datada de 2004 e pagamento efetuado em 2012, após audiência de conciliação.

III - No período de 11/01/2003 a 28/06/2009, durante a vigência do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97 (redação dada pela Medida Provisória n.

2.180-35/2001), incidem juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, porquanto tal dispositivo regula a incidência de juros de mora nas condenações impostas a ente

Superior Tribunal de Justiça

público para pagamento de verbas remuneratórias, nelas incluídos os benefícios previdenciários vinculados a servidor público. Não aplicação do Código Civil em face do princípio da especialidade.

IV - Juros moratórios devidos desde a data da realização dos cálculos à data da requisição do precatório, consoante orientação do Supremo Tribunal Federal no RE 579.431/RS, julgado sob o rito da repercussão geral (Tema n. 96).

V - Não observado o prazo constitucional para pagamento do precatório, incidem juros moratórios do primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao fim do prazo constitucional até a data do efetivo pagamento. Precedentes do Supremo Tribunal Federal.

VI - Efetuado o pagamento do precatório sob o regime especial - acordo direto - previsto no art. 97, § 8º, III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT (incluído pela Emenda Constitucional n. 62/2009), configura-se a mora até a data da realização da audiência de conciliação. VII - No caso, devidos juros moratórios no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a data da expedição do precatório e do 1º dia do exercício financeiro seguinte ao fim do prazo constitucional e a data da audiência de conciliação.

VIII - O Supremo Tribunal Federal, no julgamento das ADIs ns. 4.357/DF e 4.425/DF, ao modular os efeitos da decisão de inconstitucionalidade, reconheceu a validade dos precatórios expedidos ou pagos até 25.03.2016 e determinou a aplicação: a) da TR aos precatórios expedidos ou pagos entre 09.06.2009 (vigência do art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, com redação da Lei n. 11.960/2009) até 2013; b) do IPCA-E aos precatórios expedidos em 2014 e 2015 (Leis Orçamentárias ns. 12.919/2013 e 13.080/2015); e c) aos precatórios expedidos a partir de 25.03.2015, da taxa SELIC para os débitos tributários (mesmo critério adotado para atualização dos créditos tributários) e do IPCA-E para os demais débitos da Fazenda Pública (natureza previdenciária e administrativa).

IX - Aplicação da TR, in casu, por ter ocorrido o pagamento em 2012.

X - Recurso Ordinário em Mandado de Segurança parcialmente provido.

(RMS 47.951/MG, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 22/02/2018)

Logo, **rejeito** a preliminar.

De outro lado, acerca da suposta diferença dos juros moratórios a partir de maio de 2012, aduz o recorrente que (fl. 294):

Superior Tribunal de Justiça

[...] em análise às contas de atualização do crédito, verifica-se claramente que os juros moratórios incidentes sobre o crédito no período de julho/2009 a junho de 2013, COMPREENDENDO NESTE LAPSO TEMPORAL O PERÍODO POSTERIOR A MAIO DE 2012 MONTARAM A 23,60% (VINTE E SEIS VIRGULA SESSENTA POR CENTO).

Ora, a operação é simples e direta. O período é de 49 meses. Multiplicando-se o número de meses pela taxa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, deveríamos ter juros de 24,5% (vinte e quatro vírgula cinco por cento).

Sucedo que a questão não se refere à forma de contabilização dos juros moratórios e, via de consequência, a um eventual erro nos cálculos.

Com efeito, como se extrai do acórdão recorrido, referida questão diz respeito à taxa de juros aplicável para o período posterior a maio de 2012, tendo a Corte de origem concluído pela correção dos cálculos, uma vez que eles foram realizados à luz do art. 1º da Lei 9.494/1997 (na redação dada pela Lei 11.960/2009), que estipula a utilização dos juros aplicados à caderneta de poupança, e não juros de 0,5% ao mês, como defendido pela parte credora, ora recorrente. Senão vejamos (fls. 247/248):

2.2 Juros de mora após maio de 2012

Argumenta a impetrante que após maio de 2012, embora esteja adequado o percentual de 0,5% para fins de juros de mora, estes chegaram a 23,60%. Contudo, tratando-se de um período de 49 meses, certo que o percentual deveria ser de 24,5%.

Sem razão a impetrante.

Isso porque, no período que sucede maio de 2012 os juros foram aplicados observando o disposto no artigo 1º-F da Lei 9.494, de 1997, com redação dada pela Lei 11.960, de 2009, que estabelece:

Art. 1º-F. Nas condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança. (grifou-se)

É cediço que a taxa dos juros aplicados à caderneta de poupança é variável, de modo que o período de 49 meses não

Superior Tribunal de Justiça

*ensejaria, precisamente, 24,5% de juros moratórios.
[...]*

Assim, não havendo provas de que não foram observados os juros aplicados à caderneta de poupança após maio de 2012, devem ser mantidos os juros de mora aplicados no cálculo realizado à f. 139/140.

Dessa forma, **rejeito a preliminar**, pois não há se falar em necessidade de dilação probatória.

Nada obstante, o presente recurso ordinário não merece prosperar.

Como acima demonstrado, o Tribunal de origem denegou a segurança no que concerne à alegada diferença dos juros moratórios no período posterior a maio de 2012 sob o fundamento de que não é aplicável a taxa de 0,5% ao mês, mas o índice de juros previsto para a caderneta de poupança, inexistindo, outrossim, prova de que tais índices não teriam sido considerados.

Ocorre que a parte recorrente, nesse ponto, não infirmou especificamente o fundamento do acórdão recorrido, limitando-se a defender genericamente a incidência de juros de 0,5% ao mês, o que atrai a incidência da Súmula 283/STF.

Quanto à tese de incidência de juros entre a data de expedição do ofício requisitório e seu efetivo vencimento, verifica-se que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente a questão, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional. Senão vejamos (fls. 248/249):

2.3 Juros de mora entre a data de expedição do fício requisitório e o vencimento do precatório

Além do inconformismo atinente à taxa de juros de mora, a impetrante alega fazer jus à aplicação de juros entre a data de expedição do ofício requisitório e o vencimento.

Neste ponto, destaque-se a disposição do artigo 100, § 5º (antigo § 1º) da Constituição da República:

É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º

Superior Tribunal de Justiça

de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terá seus valores atualizados monetariamente.

Da leitura do dispositivo acima, conclui-se que entre a data de expedição do ofício requisitório e o efetivo pagamento não existe mora do ente público, visto possuir prazo constitucional para pagamento de seus débitos.

Este entendimento foi consolidado pelo Supremo Tribunal Federal, cujo Enunciado 17 da Súmula Vinculante preceitua:

17. Durante o período previsto no § 1º do artigo 100 da Constituição, não incidem juros de mora sobre os precatórios que nele sejam pagos.

Contudo, se descumprido o prazo constitucional previsto para pagamento de precatórios estabelecido no já mencionado art. 100, § 5º (antigo § 1º) da Constituição da República, poder-se-á incidir juros de mora.

No caso em exame o ofício requisitório foi expedido em 11.12.2009 e uma vez apresentado no primeiro semestre de 2010, o vencimento restou definido até o último dia do exercício financeiro subsequente, ou seja, 31.12.2011 (f. 139).

Assim, o pagamento do precatório em questão deveria ter ocorrido até o final do exercício de 2011, o que não se efetivou.

Compulsando o caderno processual, verifica-se mais precisamente à f. 139/140 que a impetrante recebeu parte do valor em fevereiro de 2011, março e abril de 2012, restando claro o pagamento incompleto do precatório no prazo fatal (2011), devendo o valor remanescente adimplido fora do prazo constitucional (artigo 100, § 5º) ser acrescido de juros de mora.

[...]

Com isso, restando provado que parte do valor do precatório foi pago após o prazo constitucional, sobre o valor remanescente devem ser acrescidos de juros de mora.

Logo, nesse ponto, não procede a tese de negativa de prestação jurisdicional.

Outrossim, nas razões do recurso ordinário não foram aduzidos argumentos capazes de afastar os fundamentos adotados o acórdão recorrido para afastar a incidência de juros moratórios no período compreendido entre a data da expedição do ofício requisitório e de seu vencimento.

Logo, uma vez mais incide na espécie a Súmula 283/STF, por analogia.

Superior Tribunal de Justiça

Por fim, entendeu o Tribunal de origem que a atualização dos créditos até a data da audiência de conciliação se mostrou correta, pelas seguintes razões (fls. 252/253):

Ora, da leitura dos comandos constitucionais, resta iniludível que os valores requisitórios serão atualizados até a data do efetivo pagamento, a partir da Emenda Constitucional 62 de 9.12.2009 e no caso dos autos .º ofício requisitório data de 11.12.2009 (f. 139).

Ademais disso, o artigo 97, § 8º, III, das Disposições Tráfigitbilas Constitucionais- permite a criação de. câmaras de conciliação pelos estados -membros para pagamento de precatórios.

No Estado de Minas Gerais a Lei 19.407, de 2010 aprovou a liquidação de débitos de precatórios judiciais mediante acordos diretos com os seus credores, cujos procedimentos e critérios de realização foram estabelecidos pela Resolução-Conjunta 01/2011 do TJMG/SEF/AGE.

Autorizada a liquidação mediante acordo, foi divulgado o Edital 1/2013 (f. 60/66) de modo que os credores interessados em 0110. realizar o ajuste pudessem se habilitar para participar de audiência de acordo direto em precatório devido pelo Estado de Minas Gerais.

Uma vez habilitada para participar de audiência de acordo, cediço que a impetrante submete-se às regras do referido edital, inclusive, no que tange à forma de correção monetária nele prevista, visto que a habilitação do credor presume a sua concordância com as regras editalícias.

Assim, a atualização ora impugnada deverá ocorrer nos limites do Edital 1/2013 da Central de Conciliação de Precatórios - CEPREC, cujo item 3.3 estabelece:

3.3 O valor do crédito divulgado por ocasião da escolha do credor será atualizado nos termos da Emenda Constitucional n. 62/2009 até a data da audiência prevista no item anterior. (grifou-se)

Ora, a habilitação do credor é facultativa, mas, uma vez habilitado e comparecido à audiência de acordo, não poderá requerer forma de atualização do crédito não prevista no edital ao qual se submeteu.

Com essas considerações, agiu com acerto a autoridade coatora quando procedeu à correção monetária do crédito até a data da audiência de conciliação e pagamento realizada em 9.8.2013, não assistindo à Impetrante o alegado direito à correção até a data do efetivo pagamento, mormente porque seu crédito foi

Superior Tribunal de Justiça

atualizado até 31.8.2013 (f. 140), além do prazo contido no próprio Edital.

Tal compreensão não merece reparos.

Extraí-se do Edital 01/2013 que a atualização do precatório deveria se dar até a data do pagamento, na forma prevista pela EC 62/2009, cuja realização estava prevista para ocorrer em audiência na Central de Conciliação de Precatórios. Senão vejamos (fls. 60/61):

3.1.3 O percentual de deságio será considerado sobre o crédito do precatório atualizado na forma da Emenda Constitucional nº 62, de 2009, para o pagamento no acordo direto.

3.2 O pagamento do crédito ocorrerá na Central de Conciliação de Precatórios do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - CEPREC, entre os meses de AGOSTO A DEZEMBRO DE 2013, em audiência que será divulgada previamente no Diário do Judiciário Eletrônico (DJE) para conhecimento do credor selecionado.

3.3 O valor do crédito divulgado por ocasião da escolha do credor será atualizado nos termos da Emenda Constitucional n. 62/2009 até a data da audiência prevista no item anterior.

Sucedendo que, para fins de incidência de encargos entre a "data da audiência" e a "data do efetivo pagamento", mostra-se imprescindível que se comprove o transcurso de prazo razoável entre a "data da audiência" e a "data do efetivo pagamento", mora esta imputável à autoridade impetrada ou à entidade devedora.

Contudo, no caso, a parte impetrante não fez tal comprovação.

Ressalte-se que a análise dos autos revela que não houve a expedição imediata do alvará tão somente em razão da impugnação apresentada pela parte impetrante, ora recorrente, em 25/7/2013 (fls. 106/123), apreciada em 11/9/2013 (fls. 130/135), quando então foi determinada a expedição do alvará de liberação dos créditos devidos.

Assim, considerando-se que entre a "data da audiência" e a data daquela decisão transcorreu prazo razoável, não se justifica seja gerada uma nova ordem de pagamento em favor da parte impetrante, abrangendo tão somente os encargos (juros e correção monetária) incidentes nesse período – no qual, reitera-se, não houve nenhuma

mora imputável à entidade devedora.

Nesse sentido, cito os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL. PRECATÓRIO. CRITÉRIOS DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. APLICAÇÃO DA SÚMULA VINCULANTE 17/STF. ART. 1º-F DA LEI 9.494/1997 COM A REDAÇÃO DA LEI 11.960/2009. MODULAÇÃO DE EFEITOS NAS ADIS 4.425 E 4.375.

HISTÓRICO DA DEMANDA 1. Trata-se de Recurso Ordinário em Mandado de Segurança que ventila as seguintes pretensões: a) entre 11.1.2003 e 28.6.2009 devem incidir juros de mora no percentual de 1% ao mês, por força da aplicação do Código Civil de 2002; b) de julho de 2009 até o efetivo pagamento, os juros de mora devem ser calculados à base de 0,5%, e a correção monetária pelo IPCA-E; e c) devem ser pagos juros de mora entre a expedição e o vencimento do precatório, pois ele foi adimplido fora do prazo constitucional; e d) correção dos créditos até a data do efetivo pagamento.

DIFERENÇA DE ATUALIZAÇÃO ENTRE A AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E A DATA DO EFETIVO PAGAMENTO 2. De acordo com as informações prestadas pela autoridade coatora (fl. 153/e-STJ) , "os créditos dos impetrantes foram selecionados e pagos de modo atualizado até a data da audiência de pagamento (4.10.2012)".

3. O pagamento das diferenças de correção monetária entre a audiência de conciliação e o efetivo pagamento de ser afastado, pois: 3.1. O regime de pagamento do precatório mediante audiência de conciliação previa legitimamente a possibilidade de transacionar acerca do valor a ser pago mediante adesão às condições legalmente fixadas.

3.2. Não houve mora da Fazenda, já que os próprios recorrentes colaboraram com o retardo do efetivo pagamento com impugnações de critérios de cálculo.

3.3. Não houve o transcurso de prazo razoável entre a audiência de conciliação e o efetivo pagamento.

JUROS DE MORA ATÉ A LEI 11.960/2009 4. A pretensão de pagamento de juros de mora de 1% ao mês entre 2003 e 2009 não prospera, já que: a) a taxa de juros foi fixada em decisão judicial transitada em julgado, que não pode mais ser alterada, haja vista que está acobertada pelo manto da coisa julgada; e b) descabe rediscutir os juros aplicados entre a execução do título e a expedição do requisitório de pagamento, em razão da estabilização do valor da dívida pela expedição do precatório.

JUROS DE MORA 0,5% AO MÊS E CORREÇÃO MONETÁRIA PELO IPCA-E A CONTAR DA LEI 11.960/2009

5. Houve, na origem, conciliação quanto ao precatório, havendo apenas a ressalva, pelos ora recorrentes, quanto aos critérios aqui discutidos.

6. Está expressamente registrado no ato judicial atacado pelo Mandado de Segurança que "esse percentual deve ser o legal, ou seja, juros de 0,5%, algo que já está na liquidação de fls. 199, conforme diretrizes da Lei nº 9.494/97, art. 1º - F" (fl. 82/e-STJ).

7. A autoridade coatora prestou informações em que esclarece (fl.

151/e-STJ): "(...) adotou-se na liquidação, como percentual dos juros de mora, o critério legal, ou seja, o critério disciplinado pelo art. 1º, F, DA Lei 9.494, com a alteração da Lei 11.960/2009".

8. Tal compreensão está de acordo com a modulação temporal dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade feita pelo Supremo Tribunal Federal nas ADIs 4.425 e 4.375: "Confere-se eficácia prospectiva à declaração de inconstitucionalidade dos seguintes aspectos da ADI, fixando como marco inicial a data de conclusão do julgamento da presente questão de ordem (25.03.2015) e mantendo-se válidos os precatórios expedidos ou pagos até esta data, a saber: (i) fica mantida a aplicação do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança (TR), nos termos da Emenda Constitucional nº 62/2009, até 25.03.2015, data após a qual (a) os créditos em precatórios deverão ser corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E)" (ADI 4425 QO, Relator: Min. Luiz Fux, Tribunal Pleno, Publicado em 4.8.2015).

9. Considerando, pois, que o precatório foi pago em janeiro de 2013 de acordo com a remuneração da caderneta de poupança e que o STF estabeleceu tal critério de atualização como o correto até a data da modulação de efeitos (25.3.2015), não merece prosperar a pretensão mandamental deduzida.

10. Ademais, a via do Mandado de Segurança não é adequada para averiguação concreta da correta utilização dos índices da caderneta de poupança por demandar dilação probatória, sem prejuízo da utilização das vias ordinárias cabíveis.

INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA ENTRE A REQUISIÇÃO E O PRAZO FINAL DE PAGAMENTO DO PRECATÓRIO (SÚMULA VINCULANTE 17/STF) 11. O regime de conciliação de pagamento dos precatórios estabelecido pela EC 62/2009 não suplanta a regra insculpida pela Súmula Vinculante 17/STF ("Durante o período previsto no parágrafo 1º do artigo 100 da Constituição, não incidem juros de mora sobre os precatórios que nele sejam pagos").

12. Os regimes jurídicos de pagamento regular de precatório e de conciliação previsto na EC 62/2009 não são excludentes. A EC 62/2009 veio para viabilizar a transação para aqueles precatórios que não foram pagos no período previsto no § 5º

Superior Tribunal de Justiça

(antigo § 1º mencionado pela Súmula Vinculante 17/STF) do art. 100 da Constituição Federal, ou seja, regula os precatórios que ultrapassaram o prazo constitucional, impondo, a partir da mora, o seu próprio regime jurídico.

13. A interpretação jurisprudencial que embasou a Súmula Vinculante 17/STF estabeleceu que não há mora do ente público durante o prazo constitucional de pagamento, já que é norma ritualística de observância obrigatória fixada pela Lei Maior.

14. "Para os precatórios expedidos até 1º de julho e não pagos pelo Poder Público até o último dia do exercício financeiro seguinte, correrão juros de mora do primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao fim do prazo constitucional até a data do efetivo pagamento." (Rcl 13.684 AgR, Relator: Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, Publicado em 21.11.2014. Na mesma linha: Rcl 15.881 AgR, Relatora: Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, Publicado em 24.10.2013).

15. Assim, somente com a mora (superação do prazo constitucional) aplicar-se-á o regime da EC 62/2009, a qual não pode tutelar o rito ordinário de pagamento dos precatórios, especialmente impondo juros de mora quando a Constituição Federal não assim previa (Súmula Vinculante 17/STF).

16. Recurso Ordinário não provido.

(RMS 45.585/MG, Rel. p/ Acórdão Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 05/02/2016)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PRECATÓRIO. ACORDO DIRETO ENTRE A ENTIDADE DEVEDORA E OS CREDORES. LEGALIDADE DO REGIME "ESPECIAL" DE PAGAMENTO (DE ACORDO COM O PRAZO FIXADO PELO STF). PAGAMENTO REALIZADO EM CONSONÂNCIA COM O ART. 97 O ADCT E CONFORME CRITÉRIOS OBJETIVOS INSTITUÍDOS PELA ENTIDADE DEVEDORA. VEDAÇÃO AO COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO POR PARTE DOS CREDORES. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO MANDAMUS COMO SUCEDÂNEO DE AÇÃO DE COBRANÇA (SÚMULAS 269 E 271 DO STF). INEXISTÊNCIA DE MORA IMPUTÁVEL À ENTIDADE DEVEDORA QUE JUSTIFIQUE A INCIDÊNCIA DE ENCARGOS ENTRE A "DATA DA AUDIÊNCIA" E A "DATA DO EFETIVO PAGAMENTO".

Acompanho o Ministro Humberto Martins (Relator) e o Ministro Herman Benjamin, na parte que negam provimento ao recurso ordinário.

Pedindo vênia, divirjo para afastar a incidência de encargos entre a "data da audiência" e o "efetivo pagamento", desprovendo, desse modo, integralmente o recurso ordinário.

(RMS 45.054/MG, Rel. p/ Acórdão Ministro MAURO

Superior Tribunal de Justiça

CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe
12/02/2016)

ANTE O EXPOSTO, conheço parcialmente do recurso ordinário e,
nessa parte, **nego-lhe provimento**.

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

